

AGER**AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO****ERRATA DA PUBLICAÇÃO REALIZADA NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2021****ATA DA 493ª REUNIÃO DE DIRETORIA EXECUTIVA DA AGER/MT
DOE/MT Nº 27.944 Página 136****Onde se lê:**

02 - Processo nº 15632/2021 - SINFRA.

LEIA-SE:**08 - Processo nº 15362/2021 - SINFRA.**

Cuiabá, 24 de fevereiro de 2021.

Luis Alberto Nespolo
Presidente Regulador
AGER/MT**DETRAN/MT****DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO****PORTARIA Nº 090/2021/GP/DETRAN/MT**

O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO/DETRAN-MT, no uso de suas atribuições legais e considerando a LC 04/1990 e o Decreto 1.443/2018, **CONVOCA** a ex-servidora **Jakeline Silva Quintão** matrícula funcional 268028/1 a comparecer na Coordenadoria de Gestão de Pessoas do DETRAN/MT, prazo improrrogável de 05 dias, para regularização funcional.
Tel: (65) 3615-4618/ (65) 3615-4718; e-mail: gepes@detran.mt.gov.br

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Cuiabá/MT, 22 de fevereiro de 2021.

GUSTAVO REIS LOBO DE VASCONCELOS
Presidente do DETRAN/MT
Original Assinado***PORTARIA Nº 102/2021/GP/DETRAN/MT**

O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 75, §1º da Lei Complementar nº 207, de 29 de dezembro de 2004, do artigo 4º da Lei 7.692, de 1º de julho de 2002; **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar 013/2020 instaurado pela Portaria nº 076/2020/GP/DETRAN, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 11 de fevereiro de 2020;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24/02/2021.

Registre-se, publique-se e CUMPRA-SE.

Cuiabá-MT, 24 de fevereiro de 2021.

GUSTAVO REIS LOBO DE VASCONCELOS
Presidente do DETRAN-MT
Original Assinado***PORTARIA Nº 103/2021/GP/DETRAN/MT**

O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 75, §1º da Lei Complementar nº 207, de 29 de dezembro de 2004, do artigo 4º da Lei 7.692, de 1º de julho de 2002; **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar 021/2019 instaurado pela Portaria nº 804/2019/GP/DETRAN, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 08 de novembro de 2019;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24/02/2021.

Registre-se, publique-se e CUMPRA-SE.

Cuiabá-MT, 24 de fevereiro de 2021.

GUSTAVO REIS LOBO DE VASCONCELOS
Presidente do DETRAN-MT
Original Assinado***PORTARIA Nº 104/2021/GP/DETRAN/MT**

O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 75, §1º da Lei Complementar nº 207, de 29 de dezembro de 2004, do artigo 4º da Lei 7.692, de 1º de julho de 2002; **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar 012/2019 instaurado pela Portaria nº 683/2019/GP/DETRAN, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 20 de setembro de 2019;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24/02/2021.

Registre-se, publique-se e CUMPRA-SE.

Cuiabá-MT, 24 de fevereiro de 2021.

GUSTAVO REIS LOBO DE VASCONCELOS
Presidente do DETRAN-MT
Original Assinado***MTI****EMPRESA MATO-GROSSENSE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO****EMPRESA MATO-GROSSENSE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - MTI
RELATÓRIO INTEGRADO SINTÉTICO - 2020**

A Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação do Estado de Mato Grosso (MTI) é uma empresa pública, criada inicialmente com a denominação de Centro de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso (CEPROMAT). Em sua fundação foi criada como um departamento da então Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Mato Grosso por meio da Lei nº 3.359, de 18 de junho de 1973 tendo a finalidade de implantação e execução de serviços de processamento eletrônico de dados para entidades federais, estaduais, municipais e empresas públicas ou privadas. Posteriormente, o Art. 39 da Lei nº 3.681, de 28 de novembro de 1975 autorizou a transformação do departamento "Centro de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso - CEPROMAT" em empresa pública com as mesmas finalidades iniciais. O Decreto Estadual nº 1.664, de 26 de dezembro de 1978 promoveu a transformação em empresa pública - com a efetiva instalação a partir de 01/01/1979. Por força do disposto na Lei Complementar 566, de 20 de maio de 2015, que dispôs sobre a nova organização administrativa do Estado, o CEPROMAT (denominação à época) deixou de possuir vinculação direta com a Vice Governadoria do Estado passando a responder diretamente para a Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN). Tal medida, disposta na referida Lei Complementar contribuiu para que a MTI também buscasse uma melhor forma de prestação dos seus serviços dentro do Estado, visando propiciar uma atuação mais ágil, eficiente e apta a atender às expectativas sociais e de Governo. A Lei Complementar nº 574, de 04 de fevereiro de 2016, alterou a denominação do Centro de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso, que passou a ser denominado de Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação.

Do total do orçamento geral de 2020 no valor de R\$ 131.695.536,00 (cento e trinta e um milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, quinhentos e trinta e seis reais), R\$ 16.495.841,00 (dezessete milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil oitocentos e quarenta e um reais), isto é, 13% do montante contingenciado no decorrer do exercício, sendo liberado para execução orçamentária R\$ 115.199.695,00 (cento e quinze milhões cento e noventa e nove mil, seiscentos e noventa e cinco reais).

A força de trabalho da MTI, até dezembro de 2020 foi composta por 317 (trezentos e dezessete) colaboradores, sendo: 249 (duzentos e quarenta e nove) empregados públicos de carreira, sendo 90 (noventa) servidores efetivos cedidos para outros órgãos do Estado e 151 (cento e cinquenta e um) servidores efetivos na sede; 27 (vinte e sete) ocupantes de cargos exclusivamente comissionados, 12 (doze) jovens aprendizes e 30 estagiários. Atualmente a MTI conta com clientes distribuídos dentre os poderes públicos estadual e municipal, além de órgãos públicos de outros setores do Estado de Mato Grosso e de outros estados da Federação.

Com um cenário fiscal altamente restritivo a MTI envidou todos os esforços para produzir mais com menos, seja esta produção na área finalística como na área de apoio. Alguns resultados de relevo como a economia de R\$ 2,6 milhões com a imunidade tributária - ISSQN, R\$ 8,7 milhões de economia com a desoneração da folha de pessoal, a redução de R\$ 15,9 milhões na folha de pessoal com o programa de demissão voluntária - PDV, somando 226 (duzentos e vinte e seis) colaboradores adesos. Outros esforços também foram empreendidos com relação aos contratos com fornecedores, renegociando estes contratos a fim de otimizar os recursos públicos.

Das ações de gestão/governança desenvolvidas na MTI em 2020 destacam-se em síntese as principais entregas como: Na gestão de processos foram mais de 22 atividades, manuais, processos elaborados e/ou revisados. Instrumentos de planejamento elaborados, como o novo PPA ciclo 2020-2023 alinhado com o Plano Estratégico vigente à época, o próprio Plano Estratégico 2019-2023 e seu novo regulamento, Carta Anual de Governança, Plano de Trabalho Anual, Plano Setorial de TI, Plano de Negócios, dentre outros. Implantação da cultura de reuniões sistemáticas e relatórios gerenciais. Implantação da cultura de monitoramento dos indicadores estratégicos. Revisão do regulamento de padronização. Na parte da comunicação, foram empreendidas diversas ações para melhor divulgação das ações da empresa, seja com algumas melhorias na Intranet, seja através de notícias via e-mail aos colaboradores. 128 matérias foram produzidas para o site institucional além de notícias veiculadas na Intranet. Na parte de fortalecimento gerencial, foram iniciadas ou reiniciadas algumas práticas de gestão como: Avaliação Institucional, Gerenciamento de Riscos,

Gerenciamento de Indicadores. Ainda no movimento de gestão, através da inovação, foram recepcionadas 56 ideias e na parte das parcerias estratégicas foram 30 empresas atendidas, sendo no total até o momento 3 parcerias instituídas. Foram empreendidos 14 eventos de inovação na empresa. Nos eventos de inovação foram registradas 113 presenças de colaboradores.

Com relação aos serviços disponibilizados pela MTI, destacam-se os números:

Central de Serviços: Atendimento de 5.153 chamados de nível 1; Atendimento de 2.583 chamados de nível 2.

Software: 19 Novos e-serviços, 562 Projetos/Serviços de TIC entregues, 2788 demandas de software, 2 novos portais de Governo, 44 Portais de Governo Sustentados, 41 sistemas sustentados. Somente do FIPLAN foram 1367 demandas de software atendidas.

Merece um destaque especial o volume de acesso - pelo cidadão - aos serviços digitais do governo, totalizando mais de 9,3 milhões de acessos.

Um dos eixos do processo de transformação digital é oferecer ao cidadão, serviços públicos em formato digital, a fim de aproximar a sociedade do governo, possibilitando aumento da presença do governo e facilitando a vida do cidadão. Assim, em 2020 foram disponibilizados os seguintes serviços digitais

MT login - Logar no app - Autenticar o cidadão
 MT login - Logar no app - Resetar a Senha
 MT cidadão - Meus Veículos - Consultar Veículo
 MT cidadão - Meus Veículos - Gerar Pagamento de Veículo
 MT cidadão - Meus Veículos - Solicitar Geração de CRLV Digital
 MT cidadão - Meus Veículos - Consultar Dívida ativa do veículo
 MT cidadão - Meus Documentos - Consultar Pontos de CNH
 MT cidadão - Meus Documentos - Consultar processo de CNH
 MT cidadão - Meus Documentos - Solicitar renovação de CNH
 MT cidadão - Meus Documentos - Solicitar CNH definitiva
 MT cidadão - Meus Documentos - Solicitar PID
 MT cidadão - Meus Documentos - Solicitar Segunda Via de CNH
 MT cidadão - Meus Documentos - Consultar RG
 MT cidadão - Meus Documentos - Solicitar RG Digital
 MT cidadão - Minha Escola - Consultar Aluno
 MT cidadão - Minha Escola - Consultar Boletim
 MT cidadão - Minha Escola - Consultar Frequência
 MT cidadão - Fale Conosco - Cadastrar Fale Conosco (ouvidoria)
 MT cidadão - Transparência - Consultar dados contrato covid-19

Manutenção do Sistema FIPLAN, abaixo, relacionados algumas destas entregas:

Melhoria dos Processos de Execução da Folha - Integração FIPLAN x SEAP

Alteração do cabeçalho dos relatórios
 Revisão das Regras de Fontes de Recursos 2020
 Novo Fluxo de Execução Orçamentária dos Bloqueios Judiciais
 PTA Gerencial 2020
 Versionamento do PPA
 Estorno Automático do PED
 MSC 2020
 Controle Contábil do Duodécimo/Rateio
 Exclusão dos Módulos da PDR/RDD
 RDR pela UO nas Fontes do Tesouro
 Liberação Automática de Credor/Fatura para RPV
 ARR/NOB/NEX/OBF Data de Débito
 Criação da funcionalidade de Cancelamento de Parcela da LIQ

Módulos no Sistema do DETRAN

Alteração na funcionalidade de Comunicação de Venda para Leilão
 Desvinculação de infração de trânsito
 IMPLEMENTAÇÃO DA MULTA NIC
 Processo de CNH Digitalizado
 Alteração nas Regras de Distribuição Equitativa para Médicos
 Criticar Aulas Práticas Noturnas. 168/778
 Criticar limitação de candidatos por Veículo - Exame Prático 5 por placa por dia, no agendamento de prova prática
 Criticar Emissão de LADV - não emitir diferente do exame médico
 Desenvolver Funcionalidade - Consulta do índice Aproveitamento aos CFCs - filtrar por CFC - pelo usuário do CFC
 Resetar Senha pelo Próprio Usuário
 Adequar data de Validade do Alvará

A MTI ainda disponibilizou o Sistema de Gestão de Atividades - GAT ainda em 2019. Trata-se de um sistema de encaminhamento e acompanhamento de atividades estratégicas, necessárias para o funcionamento de uma organização. Onde os líderes de equipe (Demandantes) realizam o cadastramento das ações a serem realizadas, e atribuem para o "Time" (Demandados). Em 2020 foi realizada uma ação para expandir o GAT para a camada gerencial das secretarias, com isso um número expressivo de usuários e de atividades foram inseridas no sistema e a sua utilização se tornou massiva no Estado. Hoje o Sistema está preparado para comportar mais de 40.000 usuários, com servidor de aplicação redundante. Atualmente o sistema conta com 2.443 usuários cadastrados e aproximadamente 10.500 atividades cadastradas.

O novo Sistema Integrado de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso - SINDESA que visa ofertar um serviço de qualidade aos cidadãos no que se refere aos produtos do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea-MT) vem sendo desenvolvido e vários serviços já foram entregues pela MTI.

Sistemas sustentados e evoluídos / Gestor

Fiplan MT- Sistema Integrado de Planejamento Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso / SEFAZ / SEPLAG
 SIG-MT-Sistema de Informações Gerenciais / SEPLAG
 IG-Informações Gerenciais - Cada painel possui um gestor

independente

Portal da Transparência-Portal da Transparência/CGE
 BI - MTI-Business Intelligence - desenvolvido na tecnologia Qlik Sense para o governo do Estado./MTI
 Portais MT (Liferay) Portais MT/GCOM
 Protocolo-Sistema de Protocolo do Estado de Mato Grosso/ SEPLAG
 SCA-Animal - Sistema de Controle Animal/ INDEA
 Novo Sindesa - Madeira- Sistema de Controle Madeira / INDEA
 Fale Cidadão 2.1-Fale Cidadão 2.1 CGE/Ouvidoria
 SCSP-Sistema de Controle de Serviços Públicos/AGER
 SIAG (+Pregão)-Sistema de Aquisições Governamentais/ SEPLAG
 SIAGC-Sistema de Aquisições Governamentais/ SEPLAG
 SCA- Pesca/SEMA
 SCA-Arrecadação-Sistema de Controle de Arrecadação/SEMA
 SEAP- Sistema Estadual de Administração de Pessoas/ SEPLAG
 Protheus-MTI
 SCI- Sistema de Controle Interno/CGE
 Aplic/ SEGES
 APP MT Cidadão - MT Cidadão e Portlets / SEPLAG
 Detran Rápido (Totem) / DETRAN
 App Fiplan -SEFAZ/SEPLAG
 Prova Teórica Sistema de prova teórica / DETRAN
 Detran-Net-Sistema Detran-Net / DETRAN
 Fiplan-GFO-Gestão financeira de Obras (Módulo do Fiplan)/ SEFAZ
 Fiplan -GCI-Gestão Cadastros Integrados (Módulo do Fiplan)/ SEFAZ
 Fiplan-GMA-Gestão e Monitoramento da Adimplencia (Módulo do Fiplan)/SEFAZ
 Redmine-Sistema de Gestão de Tarefas/MTI
 SIGPAT-Sistema de Gestão de Patrimônio/SEPLAG
 CeproFW / MTI
 Gestão de Atividades - GAT / Casa Civil
 Ouvidoria / AGER
 Biometria / DETRAN
 Farmácia de Alto Custo - FCE - / SES
 Nota MT - App Nota Premiada Mato Grosso / SEFAZ
 Base GEO - SEPLAG
 Base GEO Cartografia /INTERMAT
 MTI - API - Serviços empresas privadas
 SIGADOC-Sistema de Gestão Arquivística de Documentos / SEPLAG
 SNMC -Sistema de Notificação e Multa por Comportamento/ Casa Civil
 TV Corporativa/SECOM

Com relação aos serviços de Infraestrutura:

No segmento de gerenciamento de Domínios foram 57 Registros de novos Domínios MT.GOV.BR, 13 Manutenções em Domínios MT.GOV.BR e 47 Emissões de Certificados de Segurança HTTPS.

Com relação à Rede INFOVIA-MT, a Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação (MTI) fornece pontos de conexão dos órgãos públicos com a Rede Infovia, e com isso melhora a comunicação desses órgãos e auxilia na redução de custos, pois estes não precisam mais contratar links com operadoras para ter acesso aos serviços do Governo e à Internet. Entre os novos pontos incluídos neste ano, podemos destacar a ativação da infraestrutura de conectividade para o Centro de triagem Covid-19 na Arena Pantanal, gerenciado pela Secretaria Estadual de Saúde (SES). Dos 85 pontos de conexão da Infovia, 48 são órgãos públicos atendidos pela rede LAN, que abrange a rede local do Centro Político Administrativo. Outros 37 órgãos são atendidos pela rede MAN, que abrange a rede metropolitana da Baixada Cuiabana.

A equipe técnica de infraestrutura mantém em funcionamento: 312,27 TB de armazenamento de informações, 785 Bancos de Dados, 85 pontos de conexão com a Rede Infovia - MT, 395 Gerenciamento de domínios, 290 Hospedagem de Aplicações, 453 Hospedagem de equipamentos, 676 Servidor Virtual, além dos demais ativos do parque computacional.

A possibilidade de tais entregas somente foi possível mediante grandes esforços da equipe MTI (sede e cedidos), juntamente com seus parceiros, clientes e governo. Embora, tenhamos uma grande restrição financeira, conseguiu-se entregar grandes feitos e manter a continuidade dos assuntos de governo com garantia e segurança. Contudo, é fundamental a alocação de novos investimentos em tecnologia da informação para que esta Empresa consiga entrar mais e melhores serviços ao governo e ao cidadão.

ANTONIO MARCOS SILVA DE OLIVEIRA

Diretor-Presidente
(Original assinado)

CLEBERSON ANTONIO SÁVIO GOMES

Diretor Vice-Presidente
(Original assinado)

CIRANO SOARES DE CAMPOS

Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
(Original assinado)

CESAR FERNANDO BERRIEL VIDOTTO

Diretor Administrativo
(Original assinado)

ALCINDO FERNANDO DA SILVA

Gerente de Contabilidade e Custos
CRC MT 014402/O-1
(Original assinado)

NIRE: 51500000249 em 14/11/1980
C.N.P.J.: 15.011.059/0001-52

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

ATIVO		PASSIVO			
DESCRIÇÃO	2020 Em R\$	2019 Em R\$	DESCRIÇÃO	2020 Em R\$	2019 Em R\$
CIRCULANTE	42.265.866,84	62.988.791,04	CIRCULANTE	52.369.805,12	69.297.513,93
Disponível	20.647.388,17	4.055.220,49	Fornecedores	2.572.416,25	20.070.897,01
Caixa e Bancos	19.564.642,38	3.318.681,02	Fornecedores Diversos	2.572.416,25	20.070.897,01
Aplicações Financeiras	1.082.745,79	736.539,47			
Clientes	6.510.741,10	51.283.405,76	Contas a Pagar	365.330,46	413.142,02
Duplicatas a Receber	6.510.741,10	51.283.405,76	Contas Diversas a Liquidar	365.330,46	413.142,02
Outros Créditos	121.523,43	121.523,43	Serviços Prestados a Pagar	-	-
Outros Créditos	121.523,43	121.523,43	Empréstimos / Finan / Cauções	29.426.939,30	25.599.341,42
Créditos de Funcionários	-	960,00	Financiamento Capital de Giro	22.527.253,73	22.527.253,73
Créditos de Funcionários	-	960,00	Adiantamento de Clientes	6.899.685,57	3.072.087,69
Adiantamento a Fornecedores	-	-	Obrigações Trabalhistas	739.877,30	6.350.815,70
Adiantamento a Fornecedores	-	-	Obrigações Correntes	-	5.021.083,48
Adiantamento para Despesas	-	4.031,85	Encargos Sociais Correntes	739.877,30	1.329.732,22
Adiantamento para Despesas	-	4.031,85	Obrigações Tributárias/Fiscais	6.213.425,64	6.444.325,68
Adiantamentos Indiretos a Funcionários	41.084,63	41.084,63	Imposto de Renda a Recolher	956.420,12	1.224.812,68
Adiantamentos Indiretos a Funcionários	41.084,63	41.084,63	Imposto s/ Serviço a Recolher	62.910,88	70.268,45
Cauções e Depósitos Judiciais	53.938,55	33.820,25	Taxa e Contribuição a Recolher	1.753,08	17.213,00
Cauções Trabalhistas	53.938,55	33.820,25	Ações e Parcelamentos	5.192.341,56	5.132.031,55
Tributos a Recuperar	14.857.222,53	7.386.500,38	Consignações a Pagar	466.440,62	465.862,12
Impostos e Contribuições a Recuperar	14.857.222,53	7.386.500,38	Consignações	466.440,62	465.862,12
Estoque	33.968,43	43.687,73	Provisões	12.585.375,55	9.953.129,98
Estoque (Almoxarifado)	33.968,43	43.687,73	Provisões Férias e Encargos Sociais	12.585.375,55	9.953.129,98
Desp. Exerc. Seg. Pagas Ant	-	-			
Despesas a Apropriar	-	-			
Créditos a Receber	-	18.556,52			
Custeio de Folha de Pagamento	-	18.556,52			
NÃO-CIRCULANTE	25.382.239,78	24.522.206,60	NÃO-CIRCULANTE	19.633.523,69	24.506.291,53
Realizável a Longo Prazo	5.007.200,78	5.007.200,78	Fornecedores Longo Prazo	72.817,03	72.817,03
Créditos a Recuperar/ a Receber	606.990,59	606.990,59	Fornecedores	72.817,03	72.817,03
Empréstimos Compulsórios	188.623,10	188.623,10	Outras Obrigações	19.560.706,66	24.433.474,50
Impostos e Contribuições a Recuperar	3.382.039,38	3.382.039,38	Outras Obrigações a Recolher	18.516.176,56	23.388.944,40
Cauções e Penhoras	829.547,71	829.547,71	Termo de Convênio 001/2005	1.044.530,10	1.044.530,10
Investimentos	26.369,65	26.369,65			
Participações Incentivadas	24.749,47	24.749,47			
Participações Fundo Investimento	1.620,18	1.620,18			
Imobilizado	3.662.924,72	2.870.874,74			
Bens Móveis	28.483.673,90	37.799.461,20	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(4.355.222,19)	(6.292.807,82)
(-) Depreciação Acumulada	(24.820.749,18)	(34.928.586,46)	Capital Social	28.880.438,73	28.880.438,73
Intangível	16.685.744,63	16.617.761,43	Capital Social Realizado	28.880.438,73	28.880.438,73
Softwares	18.617.248,74	18.617.248,74	Prejuízos Acumulados	(33.235.660,92)	(35.173.246,55)
Sistemas Aplicativos - Software	13.258.726,35	12.895.576,35	Prejuízos Acumulados	(33.235.660,92)	(35.173.246,55)
Construção Propriedades de Terceiros	1.324.455,08	1.630.064,85			
(-) Amortização Acumulada	(16.514.685,54)	(16.525.128,51)			
TOTAL DO ATIVO	67.648.106,62	87.510.997,64	TOTAL DO PASSIVO	67.648.106,62	87.510.997,64

ANTONIO MARCOS SILVA DE OLIVEIRADiretor-Presidente
(Original assinado)**CLEBERSON ANTONIO SÁVIO GOMES**Diretor Vice-Presidente
(Original assinado)**CIRANO SOARES DE CAMPOS**Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
(Original assinado)**CESAR FERNANDO BERRIEL VIDOTTO**Diretor Administrativo
(Original assinado)**ALCINDO FERNANDO DA SILVA**Gerente de Contabilidade e Custos
CRC MT 014402/O-1
(Original assinado)

NIRE: 51500000249 em 14/11/1980

C.N.P.J.: 15.011.059/0001-52

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

DESCRIÇÃO	2020	2019
	Em R\$	Em R\$
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	53.836.389,55	33.299.416,56
Venda de Serviços	53.836.389,55	33.299.416,56
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(4.205.696,17)	(5.042.591,57)
Impostos Incidentes sobre as Vendas de Serviços	(3.067.953,62)	(1.740.376,65)
Vendas Canceladas	(1.137.742,55)	(3.302.214,92)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	49.630.693,38	28.256.824,99
Custo dos Serviços Vendidos	(77.021.061,78)	(52.238.529,69)
LUCRO BRUTO	(27.390.368,40)	(23.981.704,70)
DESPESAS OPERACIONAIS	(34.268.037,87)	(34.023.766,54)
Despesas Gerais e Administrativas	(32.373.877,13)	(31.540.729,90)
Honorários Diretoria e Conselhos Deliberativo e Fiscal	(433.060,35)	(454.461,92)
Despesas Tributárias	(6.474,51)	(57.640,06)
Despesas Depreciação e Amortização	(1.454.625,88)	(1.970.934,66)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	53.883.553,28	58.548.237,36
Outras Receitas Operacionais	53.883.553,28	58.548.237,36
Outras Despesas Operacionais	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES	(7.774.852,99)	542.766,12
Despesas Financeiras	(278.295,92)	(719.419,16)
Recuperação Despesas Administrativa	-	3.810,56
Receitas Financeiras	7.915.837,09	129.320,01
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(137.311,82)	(43.522,47)
Imposto de Renda	-	-
Contribuição Social	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(137.311,82)	(43.522,47)

ANTONIO MARCOS SILVA DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente
(Original assinado)

CLEBERSON ANTONIO SÁVIO GOMES
Diretor Vice-Presidente
(Original assinado)

CIRANO SOARES DE CAMPOS
Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
(Original assinado)

CESAR FERNANDO BERRIEL VIDOTTO
Diretor Administrativo
(Original assinado)

ALCINDO FERNANDO DA SILVA
Gerente de Contabilidade e Custos
CRC MT 014402/O-1
(Original assinado)

NIRE: 5150000249 em 14/11/1980

C.N.P.J.: 15.011.059/0001-52

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO 2020 e 2019

METODO INDIRETO

	2020 Em R\$	2019 Em R\$
FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADE OPERACIONAL		
Lucro/Prejuízo do Exercício	(137.311,82)	(43.522,47)
Ajuste na conta Prejuízos Acumulados	2.074.897,45	-
Despesas que não afetam o caixa		
Depreciação e Amortização	1.454.625,88	1.970.934,66
Baixa Depreciação/Amortização Acumulada	(11.718.828,77)	(5.977,95)
Redução do Realizável a Longo Prazo	-	2.307.761,90
Subtotal	(8.326.617,26)	4.229.196,14
(Aumento) redução nas contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo		
Duplicatas a Receber	44.772.664,66	4.046.768,73
Créditos de Funcionários	960,00	8.430,00
Outros Créditos	-	524.857,73
Adiantamento para Despesas	4.031,85	3.968,15
Adiantamento a Fornecedores	-	-
Adiantamentos Indiretos a Funcionários	-	(38.002,90)
Cauções e Depósitos Judiciais	(45.072,96)	9.189,00
Impostos e Contribuições a Recuperar	(7.445.767,49)	994.231,73
Estoque	9.719,30	(255,68)
Despesas Exerc. Seguinte Pg Antecipadamente	-	2.789,90
Créditos a Receber	18.556,52	48.337,42
Subtotal	37.315.091,88	5.600.314,08
Aumento (redução) nas contas do Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo		
Fornecedores	17.498.480,76	1.906.468,36
Contas a Pagar	47.811,56	(410.019,18)
Empr./Financ./ Cauções	(3.827.597,88)	2.920.458,93
Obrigações Trabalhistas	5.610.938,40	532.419,02
Obrigações Trabalhistas/Fiscais	230.900,04	1.297.212,32
Consignações a Pagar	(578,50)	579.285,90
Provisões	(2.632.245,57)	(4.121.147,28)
Aumento do Exigível a Longo Prazo	(278.295,92)	(719.419,16)
Subtotal	16.649.412,89	1.985.258,91
Total das Atividades Operacionais	12.339.061,73	7.844.251,31
FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisições de Imobilizado e Intangível	(2.170.266,41)	-
Baixa de Imobilizado	11.574.436,12	5.977,95
Aumento do Realizável a Longo Prazo	-	(10.958,00)
Redução do Exigível a Longo Prazo	(5.151.063,76)	(4.881.819,09)
Total das Atividades de Investimentos	4.253.105,95	(4.886.799,14)
(=) VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE	16.592.167,68	2.957.452,17
Saldo Inicial Caixa/Equivalente	(4.055.220,49)	(1.097.768,32)
Saldo Final Caixa/Equivalente	20.647.388,17	4.055.220,49
VARIAÇÃO DA CONTA CAIXA/EQUIVALENTE	16.592.167,68	2.957.452,17

ANTONIO MARCOS SILVA DE OLIVEIRADiretor-Presidente
(Original assinado)**CLEBERSON ANTONIO SÁVIO GOMES**Diretor Vice-Presidente
(Original assinado)**CIRANO SOARES DE CAMPOS**Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
(Original assinado)**CESAR FERNANDO BERRIEL VIDOTTO**Diretor Administrativo
(Original assinado)**ALCINDO FERNANDO DA SILVA**Gerente de Contabilidade e Custos
CRC MT 014402/O-1
(Original assinado)

NIRE: 5150000249 em 14/11/1980

C.N.P.J.: 15.011.059/0001-52

DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

	CAPITAL REALIZADO R\$	RESERVA DE CAPITAL R\$	PREJUÍZOS ACUMULADOS R\$	TOTAL R\$
Saldo em 31/12/2018	28.880.438,73	-	(35.129.724,08)	(6.249.285,35)
Ajuste de Exercício Anteriores	-	-	-	-
Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	(43.522,47)	(43.522,47)
Saldo em 31/12/2019	28.880.438,73	-	(35.173.246,55)	(6.292.807,82)
Ajuste de Exercício Anteriores	-	-	2.074.897,45	2.074.897,45
Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	(137.311,82)	(137.311,82)
Subvenção p/ Investimento	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	28.880.438,73	-	(33.235.660,92)	(4.355.222,19)

ANTONIO MARCOS SILVA DE OLIVEIRADiretor-Presidente
(Original assinado)**CLEBERSON ANTONIO SÁVIO GOMES**Diretor Vice-Presidente
(Original assinado)**CIRANO SOARES DE CAMPOS**Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
(Original assinado)**CESAR FERNANDO BERRIEL VIDOTTO**Diretor Administrativo
(Original assinado)**ALCINDO FERNANDO DA SILVA**Gerente de Contabilidade e Custos
CRC MT 014402/O-1
(Original assinado)**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020****CONTEXTO OPERACIONAL**

A Empresa Mato-Grossense de Tecnologia da Informação - MTI, empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pela Lei nº 3.359, de 18 de junho de 1.973 e regulamentada pelo Decreto nº 1.664 de 26 de dezembro de 1978, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão através da Lei Complementar nº 612/2019, de 28 de janeiro de 2019, tem como objetivos:

- I- Fazer gestão estratégica do Sistema Estadual de Informação para garantir e disponibilizar informação íntegra, integrada, necessária e suficiente para a tomada de decisão das ações do governo, primando pela transparência na administração pública estadual;
- II- Colaborar com ações de universalização de Tecnologia da Informação no Estado de Mato Grosso;
- III- Fazer gestão estratégica de Tecnologia da Informação, fomentando o seu uso como instrumento modernizador, de transparência e de otimização dos gastos públicos no Poder Executivo do Estado de Mato Grosso;
- IV- Exercer com exclusividade e em caráter prioritário, a administração de Tecnologia da Informação corporativa do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso;
- V- Prestar Serviços na área de Tecnologia da Informação, firmando instrumentos próprios com órgãos da administração pública, em todas as esferas de governo e com a iniciativa privada;
- VI- Propor políticas, normas e padrões para gestão e gerenciamento de Tecnologia da Informação do Governo do Estado de Mato Grosso;
- VII- Representar oficialmente o Estado de Mato Grosso, quando requisitado, em assuntos e eventos referentes ao Sistema de Informação e Tecnologia da Informação;

VIII- Desenvolver atividades de pesquisa e capacitação na área de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso;

IX- Gerir a infraestrutura corporativa de Tecnologia da Informação do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso;

X- Desenvolver atividades de pesquisa tecnológica e disseminação de novas tecnologias de produtos e serviços relacionados à Tecnologia de Informação e Comunicação, tais como, pesquisas tecnológicas, comunicação de dados, voz e imagem, geoprocessamento e outros do ramo, junto as entidades governamentais e à sociedade.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e com observância às disposições contidas na Lei 6.404/76 e alterações posteriores.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**ATIVO CIRCULANTE****Duplicatas a receber**

	2019	2020
Clientes		
Órgãos Estaduais	50.068.293,33	4.944.593,13
Prefeituras e Câmaras Municipais	116.032,37	143.637,25
Outros	1.099.080,06	1.422.510,72
Total	51.283.405,76	6.510.741,10

São registrados na conta Duplicatas a Receber as notas fiscais emitidas mensalmente referentes aos serviços prestados por esta Empresa, mediante contratos firmados com seus diversos Clientes, sendo, grande parte destes, Órgãos Estaduais, Prefeituras Municipais e Câmaras Municipais.

No decorrer do exercício 2020 ocorreram fatos de grande importância para a redução do saldo da conta duplicatas a receber. Destacam-se, dentre eles:

- Utilização de recursos para pagamento de despesas de custeio e folha de pagamento na fonte 240, através do recebimento de títulos de clientes da Administração Estadual, considerando o Decreto nº 385 de 27/02/2020 que disciplina a contratação unificada de serviços corporativos de tecnologia da informação;
- Utilização de recursos para pagamento de despesas de custeio e folha de pagamento na fonte 100, através do reconhecimento do recebimento de títulos de clientes da Administração Estadual mediante repasses efetuados pelo Tesouro Estadual, considerando o Parecer nº 333/2020 (ratificado em 11/12/2020, conforme Processo Administrativo nº 468996/2020).

Impostos e Contribuições a recuperar

São registrados neste grupo de contas contábeis os saldos de tributos a compensar em períodos futuros, oriundos das retenções aplicadas sobre as vendas e demais operações, conforme quadro:

Tributos a Recuperar	Saldo
Contribuições a Recuperar	418.455,69
Imposto de Renda Retido na Fonte	4.587.349,23
Termo de Ressarcimento 001/2011	4.457.487,03
PIS - A Recuperar	14.046,43
COFINS - A Recuperar	64.698,73
Contribuição Social Sobre Lucro Líquido	2.681.018,23
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	2.609.212,53
Total	14.832.267,87

- Imposto de Renda Retido na Fonte: Tratam-se de retenções aplicadas sobre as notas fiscais emitidas para os diversos clientes da MTI. O percentual de retenção varia de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) para os órgãos da Administração Estadual, Prefeituras, Câmaras Municipais e demais Pessoas Jurídicas e atinge 4,8% (quatro inteiros e oito décimos por cento) para os clientes da Administração Federal, conforme anexo I da IN nº 1234/2012;
- Termo de Ressarcimento 001/2011: Nesta conta contábil estão registrados os direitos a curto prazo que a MTI possui, considerando o Termo de Ressarcimento 001/2011, que dispõe sobre o reembolso mensal de 95,91% (noventa e cinco inteiros e noventa e um centésimos por cento) dos pagamentos relativos aos parcelamentos previdenciários celebrados junto à Receita Federal de Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em consonância com a Lei 11.941/2009;
- PIS e COFINS - A recuperar: A MTI apura suas contribuições sobre o faturamento (PIS e COFINS) de acordo com o regime não-cumulativo, comum a empresas tributadas pelo Lucro Real. Dessa forma, aproveitam-se os créditos oriundos da aquisição de insumos necessários a realização de serviços e demais créditos aplicados sobre os encargos de depreciação e amortização. Assim, nas apurações tributárias realizadas em 11/2020 e 12/2020, o volume de créditos ultrapassou o volume de débitos apurados, gerando, por consequência, o direito desta empresa de realizar a compensação dos créditos de PIS e COFINS com débitos futuros. Convém salientar que as apurações tributárias de PIS e COFINS são realizadas mediante a transmissão da EFD - Contribuições para o ambiente nacional do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), realizada mensalmente;
- IRPJ e CSLL: Registram-se aqui os valores pagos a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, apuradas sob o critério de estimativa mensal sobre os resultados. Os valores recolhidos foram apurados considerando os resultados obtidos no decorrer de primeiro semestre de 2020. Com a adequação dos critérios de recebimento de duplicatas emitidas para os clientes da Administração Pública Estadual (fonte 240) a partir do segundo semestre de 2020, o volume de subvenções do Tesouro Estadual (fonte 100) foi reduzido drasticamente, afetando o resultado apurado neste período, porém, não alterando a capacidade financeira da MTI. Assim, demonstrada a existência de prejuízos fiscais através balancetes de suspensão/redução, houve a dispensa do recolhimento destes tributos e o reconhecimento do direito da MTI em realizar a sua compensação em períodos futuros.

Estoques

São avaliados ao custo médio, representando estoques de material de consumo no valor de R\$ 33.968,43 (Trinta e três mil novecentos e sessenta e oito reais e quarenta e três centavos).

ATIVO NÃO-CIRCULANTE

Empréstimos Compulsórios

Os Empréstimos Compulsórios informados nestas Demonstrações Contábeis remontam aos anos de 1986 a 1989, época na qual o Governo Federal, através do Decreto Lei nº 2.228/86, obrigava os contribuintes a recolherem valores calculados sobre o custo de aquisição de veículos automotores novos e sobre o consumo de combustíveis, o que foi julgado inconstitucional pelo STF em 11/10/1990.

Constam R\$ 188.623,10 (Cento e oitenta e oito mil seiscentos e vinte e três reais e dez centavos) registrados nestas contas contábeis.

O reembolso dos valores deveria ter sido requerido à União em prazo hábil, a fim de se evitar a prescrição do direito. Durante o exercício 2021, será realizada verificação desta prescrição junto a Assessoria Jurídica da MTI e, de acordo com o resultado desta, haverá a manutenção ou baixa destes registros.

Impostos e Contribuições a recuperar

Consta o montante de R\$ 3.382.039,38 (Três milhões e trezentos e oitenta e dois mil trinta e nove reais e trinta e oito centavos) relativo a saldos de impostos e contribuições a recuperar de exercícios anteriores.

Investimentos

Sob esta rubrica são registrados os valores das inversões em ações e quotas de fundos de investimento adquiridas por incentivos fiscais (Declarações de Ajuste, DIPJ exercícios anteriores), demonstrados ao custo e corrigidos até 31/12/95, menos provisão perdas permanentes, onde:

Empresas	Categoria dos Títulos	Em R\$
TELEMAT	Ações Preferenciais	24.683,96
EMBRAER	Ações Preferenciais	65,51
FINAM	Quotas	1.620,18
TOTAL		26.369,65

Imobilizado

As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, segundo critérios estabelecidos pelo RIR/99, artigos 305 a 323, e pela IN /SRF Nº 162 de 31/12/98, ampliado pela IN/SRF Nº 130 de 10/11/99, a saber:

Móveis e Utensílios	10%
Aparelhos, Equipamentos de Informática e Periféricos	20%
Veículos	20%

Evolução do Imobilizado no Exercício

Bens Móveis	Valor
Saldo dos Bens	37.799.461,20
Depreciação Acumulada	- 34.928.586,46
SALDO EM 31/12/2019	2.870.874,74
Mutações no Exercício:	
Ingressos	1.953.039,05
Baixas	- 11.268.826,35
Depreciação no período	- 1.305.381,72
Baixa Depreciação Acumulada	11.413.219,00
SALDO EM 31/12/2020	3.662.924,72

Baixa de Bens do Ativo Imobilizado

No decorrer do exercício 2020 foram realizadas baixas de bens do ativo imobilizado, conforme levantamento efetuado pela Comissão instituída pela Portaria nº 162/2019, onde foi recomendada a baixa de 2.171 (dois mil cento e setenta e um) itens com valor de R\$ 10.027.924,10 (Dez milhões, vinte e sete mil, novecentos e vinte e quatro reais e dez centavos). Considerando

que os bens baixados estavam completamente depreciados, a contabilização destas baixas não afetou o resultado fiscal da empresa.

Inventário Físico do Imobilizado

Instituída pela Portaria MTI nº 131/2020, a Comissão para a Realização de Inventário Físico Financeiro de Bens Móveis e Imóveis realizou o levantamento de bens do Ativo Imobilizado de propriedade da Empresa, em conformidade com a legislação vigente, produzindo os valores residuais dos bens, a saber:

DESCRIÇÃO	VALORES em R\$
Ativo Imobilizado Inventariado	21.432.917,71

O ajuste destes valores no Sistema Protheus (Contabilidade/Ativo Fixo) será realizado no decorrer do exercício 2021 com a instituição de comissão específica para realização dos procedimentos de baixa de ativos.

Intangível

Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os Ativos Intangíveis são compostos pelos custos apropriados do sistema FIPLAN, custos incorridos na aquisição de softwares e licenças de uso, como também os custos de Construções em Propriedade de Terceiros.

Evolução do Intangível no Exercício

Bens Intangíveis	Valor
Saldo da Conta	33.142.889,94
Amortização Acumulada	- 16.525.128,51
SALDO EM 31/12/2019	16.617.761,43
Mutações no Exercício:	
Ingressos	363.150,00
Baixas	- 305.609,77
Amortização no período	- 295.166,80
Baixa Amortização Acumulada	305.609,77
SALDO EM 31/12/2020	16.685.744,63

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores diversos

Nesta rubrica estão registradas as obrigações da Empresa Mato-Grossense de Tecnologia da Informação para com seus fornecedores de bens e serviços.

O Saldo apresentado conforme tabela abaixo é relativo a obrigação principal, sendo as retenções tributárias legais sobre os serviços contratados e/ou bens adquiridos contabilizadas em rubricas específicas:

Fornecedores Diversos	
Saldo em 2019	Saldo em 2020
20.045.726,95	2.572.416,25

A considerável redução do montante de obrigações com Fornecedores Diversos se deve ao esforço do Governo de Mato Grosso na quitação destas, com o pleno atendimento das solicitações financeiras e o devido repasse de cotas. Imperioso frisar, nesta seara, o acordo judicial para quitação de obrigações de exercícios anteriores com o credor Oracle do Brasil, culminando com a suspensão das ações judiciais movidas por este e gerando economicidade ao erário. Os termos deste acordo compõem os autos do processo nº 1025332-45.2020.8.11.0041, cujo órgão julgador é a 4ª Vara Cível de Cuiabá.

Empréstimos

A empresa possui em seu Passivo empréstimos no montante de R\$ 22.527.253,73 (Vinte e dois milhões, quinhentos e vinte e sete mil, duzentos e cinquenta e três reais e setenta e três centavos), sendo R\$ R\$ 8.388.400,40 (Oito milhões, trezentos e oitenta e oito mil, quatrocentos reais e quarenta

centavos) do Tesouro do Estado de Mato Grosso e R\$ 13.583.252,79 (Treze milhões quinhentos e oitenta e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos) da Conta Única e R\$ 555.600,54 (Quinhentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos reais e cinquenta e quatro centavos) referentes ao Convênio nº 001/2005 - Dívida previdenciária liquidada pelo Tesouro do Estado.

Parcelamentos tributários especiais

Constam nestas contas contábeis os valores relativos as parcelas vincendas no período de 12 meses (curto prazo) dos parcelamentos especiais das Leis nº 11.941/2009 (Parcelamentos II e III) e nº 13.496/2017 (PERT), administrados pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, expressos abaixo:

PARCELAMENTO LEI Nº	IDENTIFICAÇÃO	VALOR
PARC. LEI 11.941/2009	PARCELAMENTO - 02	1.773.473,52
PARC. LEI 11.941/2009	PARCELAMENTO - 03	2.874.099,24
PARC. LEI 13.496/2017 - PERT	PERT	544.768,80
TOTALS		5.192.341,56

Os demais valores relativos as parcelas com vencimento maior que 12 (doze) meses a partir do encerramento destas demonstrações estão devidamente contabilizados no passivo não circulante.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O resultado do período foi negativo no valor de R\$ 137.311,82 (Cento e trinta e sete mil trezentos e onze reais e oitenta e dois centavos). Com este resultado negativo (prejuízo fiscal) não houve fato gerador para CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) e para o IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica), tributos estes que incidem sobre os lucros apurados. Tais tributos são recolhidos, quando houver fato gerador, pelo regime de estimativa mensal e ajustados ao final do exercício, nas alíquotas abaixo:

TRIBUTO	ALÍQUOTA
CSLL	9%
IRPJ e IRPJ ADICIONAL	15% e 10%

Conforme exposto anteriormente, os valores recolhidos no decorrer do primeiro semestre de 2020 e contabilizados no Ativo serão compensados com outros tributos federais a partir do exercício 2021. Estas compensações deverão ser realizadas após a entrega da ECF (escrituração contábil fiscal) de 2020, cujo calendário de envio expira em 31/07/2021.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Parcelamentos tributários especiais - Longo Prazo

De acordo com o demonstrativo abaixo, nestas contas estão contabilizados os valores relativos as parcelas vincendas no período superior a 12 meses (longo prazo) dos parcelamentos especiais das Leis nº 11.941/2009 (Parcelamentos II e III) e nº 13.496/2017 (PERT), administrados pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional:

PARCELAMENTO LEI Nº	IDENTIFICAÇÃO	VALOR
PARC. LEI 11.941/2009	PARCELAMENTO - 02	4.834.802,74
PARC. LEI 11.941/2009	PARCELAMENTO - 03	8.027.997,35
PARC. LEI 13.496/2017 - PERT	PERT	5.653.376,47
TOTALS		18.516.176,56

RESULTADO OPERACIONAL

Do Resultado Líquido das Operações

As demonstrações apresentam resultado líquido do exercício negativo (prejuízo fiscal) de R\$ 137.311,82 (Cento e trinta e sete mil trezentos e onze reais e oitenta e dois centavos).

Das Vendas Canceladas

Apresenta o valor de R\$ 1.137.742,55 (Um milhão cento e trinta e sete mil setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) devido ao cancelamento extemporâneo de notas fiscais de serviços. Ressalta-se que esta operação é permitida pelas regras tributárias federais e municipais, sendo deduzidas da base de cálculo dos tributos incidentes sobre o

faturamento.

Do Parecer de Auditoria nº 333/2020/CGE

Considerando as subvenções ocorridas no decorrer do exercício 2020 pelo Governo do Estado de Mato Grosso, único sócio da MTI, através do Tesouro Estadual (fonte 100), a Controladoria Geral do Estado (CGE), Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ) e MTI, em entendimento conjunto, reconheceram o recebimento de R\$ 38.993.100,56 (Trinta e oito milhões, novecentos e noventa e três mil, cem reais e cinquenta e seis centavos) de títulos (Notas Fiscais) emitidos para clientes da Administração Estadual. Assim, a orientação dada através do Parecer nº 333/2020 foi ratificada através do encaminhamento do Processo Administrativo nº 468996/2020, possibilitando a baixa do montante informado.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO**Do Capital Social**

O Capital Social é de R\$ 28.880.438,73 (vinte e oito milhões, oitocentos e oitenta mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e três centavos), totalmente integralizado em moeda corrente nacional, tendo como único integrante do quadro societário o Estado de Mato Grosso.

Ajustes de Exercícios Anteriores

Nesta conta foram realizados ajustes na ordem de R\$ 2.074.897,45 (dois milhões e setenta e quatro mil oitocentos e noventa e sete reais e quarenta e cinco centavos) referentes, em sua maioria, a reversões de provisões de exercícios anteriores.

Lucros e Prejuízos acumulados

Conforme evidenciado na DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, os Prejuízos Acumulados totalizaram em 31/12/2020 o montante de R\$ 33.235.660,92 (Trinta e três milhões, duzentos e trinta e cinco mil, seiscentos e sessenta reais e noventa e dois centavos).

Passivo a Descoberto

As Demonstrações Contábeis findas em 31 de dezembro de 2020 indicaram um Passivo a Descoberto no montante de R\$ 4.355.222,19 (Quatro milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e vinte e dois reais e dezenove centavos), uma vez que o total dos prejuízos acumulados excederam os totais do Capital Social e Reservas.

COMPENSAÇÃO

Sob esta rubrica estão registrados os Contratos de Gestão no valor de R\$ 38.961.693,28 (Trinta e oito milhões, novecentos e sessenta e um mil, seiscentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos), Contratos de Fornecedores com registro de R\$ 54.335.446,82 (Cinquenta e quatro milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e oitenta e dois centavos), Garantias Contratuais com registro histórico de R\$ 666.011,66 (Seiscentos e sessenta e seis mil, onze reais e sessenta e seis centavos), Bens Recebidos em Comodato no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) conforme Termo de Cessão de Uso nº 001/GEAP/CALOG/SENPTJ/2010 referente a dez computadores cedidos pela SEPLAG à MTI e R\$ 47.974,77 (quarenta e sete mil, novecentos e setenta e quatro reais e setenta e sete centavos) referente Termo de Cessão de Uso nº 001/2012/SEPLAN de bens móveis em uso pelos servidores da MTI devido a desvinculação da empresa ao Núcleo Sistemático, conforme registros históricos. Embora a Lei 6.404/76 não prevê lançamentos no grupo de contas de compensação, os saldos apurados pelo MTI fazem parte apenas do Balanço Consolidado do Governo do Estado de Mato Grosso, onde se faz necessária por força da Lei 4.320/64 à escrituração de atos relevantes cujos efeitos possam se traduzir em modificações no patrimônio da entidade, motivo pelo qual se mantém esse grupo no Ativo e no Passivo do Balanço Patrimonial. Devido a isso, para adequação às escriturações fiscais e contábeis digitais (ECF, ECD e outros), não é apresentado no Balanço Patrimonial de 2020.

Cuiabá - MT, 10 de fevereiro de 2021.

ANTONIO MARCOS SILVA DE OLIVEIRADiretor-Presidente
(Original assinado)**CLEBERSON ANTONIO SÁVIO GOMES**Diretor Vice-Presidente
(Original assinado)**CIRANO SOARES DE CAMPOS**Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
(Original assinado)**CESAR FERNANDO BERRIEL VIDOTTO**Diretor Administrativo
(Original assinado)**ALCINDO FERNANDO DA SILVA**Gerente de Contabilidade e Custos
CRC MT 014402/O-1
(Original assinado)**PARECER 002/2021 DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação - MTI, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, bem como o Relatório do Inventário Anual dos Bens Móveis.

O Conselho fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação, com as devidas ressalvas apontadas na 487ª Ata de Reunião do Conselho Fiscal.

Por unanimidade, manifestam-se favorável ao seu encaminhamento para aprovação do Conselho de Administração da empresa.
Cuiabá - MT, 10 de fevereiro de 2021.

CLENIO PAES LANDIM FERREIRAPresidente do Conselho Fiscal da MTI
(Original assinado)**PRISCILLA BASTOS TOMAZ DE CAMPOS**Membro do Conselho Fiscal da MTI
(Original assinado)**KARINA VICENZI ANDRADE**Membro do Conselho Fiscal da MTI
(Original assinado)**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****RESOLUÇÃO Nº 003. DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021**

O Presidente e os Membros do Conselho de Administração da Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação - MTI, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no Decreto nº 749, de 07 de dezembro de 2020 que aprovou o Estatuto Social da Empresa, e no Decreto nº 265, de 16 de outubro de 2019 que aprovou o Regimento Interno, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.303/2016, que versa sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 9º, do Decreto Estadual nº 793/2016, que versa acerca da aprovação pelo Conselho de Administração de Artefatos de Governança no âmbito da Empresa Pública;

CONSIDERANDO a 169ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação, realizada em 24 de fevereiro de 2021;

RESOLVEM:

Art. 1º APROVAR as Demonstrações Financeiras, constantes do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados do Exercício, Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas a elas integrantes referentes ao exercício de 2020 da Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação, acolhendo o Parecer do Conselho Fiscal, constante do referido documento.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.
REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.
Empresa Mato-grossense de tecnologia da Informação - MTI, Cuiabá-MT, 24 de fevereiro de 2021.

BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOSSecretário de Estado de Planejamento e Gestão
Presidente do Conselho
(original assinado)**ANILDO CESÁRIO CORREA**Secretário Adjunto de Estado de Administração Sistemática
Membro do Conselho
(original assinado)**ROGÉRIO LUIZ GALLO**Secretário de Estado de Fazenda
Membro do Conselho
(original assinado)**SANDRO LUIS BRANDÃO CAMPOS**Secretário Adjunto de Estado de Planejamento e Gestão de Política Pública
Membro do Conselho
(original assinado)**ANTÔNIO MARCOS SILVA DE OLIVEIRA**Diretor-Presidente da Empresa
Mato-grossense de Tecnologia da Informação
Membro do Conselho
(original assinado)